

**A CONFIGURAÇÃO DA PERIFERIA POBRE DAS CIDADES MÉDIAS:
O ESTUDO DO LOTEAMENTO KADIJA EM VITÓRIA DA
CONQUISTA – BAHIA¹**

Aletícia Alves Meira

Licenciada em Geografia pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB,
aluna do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal de Viçosa – UFV
aleticiaalves@gmail.com

1: Artigo produzido com base em pesquisa monográfica desenvolvida entre 2011 e 2013, sob a orientação do Profº Dr. Janio Santos.

RESUMO

O presente artigo tem como intuito o estudo da dinâmica que envolve o processo de produção da periferia e inserido nesse, a segregação e o modo como essa - aliada à política estatal e ao planejamento, afeta a condição periférica, que no contexto atual, passa a ser separada entre de status rica e pobre, sendo essa última o cenário onde novas lógicas socioespaciais ganham faces mais perversas. O loteamento Kadija em Vitória da Conquista – Brasil é produto de uma totalidade que expressa essa dinâmica, pois sendo periferia e pobre apresenta em sua configuração os trâmites de uma lógica apoiada na desigualdade. A pesquisa foi fundamentada em discussões teóricas e pesquisa de campo. Ao término do estudo, constatou-se que a periferia pobre é espaço de relações e estratégias que visam à reprodução do capital através do fortalecimento da segregação socioespacial, nesse, a exploração e a desassistência da classe trabalhadora são refletidas no seu local de moradia.

INTRODUÇÃO

A busca por compreender as relações que permeiam a cidade nos envolve em investigações acerca dos processos que condicionam o seu modo de produção e reprodução, esses evidenciam as bases sobre as quais se dá a vida urbana, bem como a lógica que rege essa dinâmica. Ao analisarmos as cidades brasileiras podemos observar, entre muitos trâmites ocorrentes nessas, a base desigual em que sempre estiveram calcadas, ainda que esse processo ocorra sob diferentes contextos e intuítos e que hoje se apresente acrescido de novas facetas. A maioria dessas cidades se reproduz em meio a disparidades sociais, econômicas e espaciais, o que conseqüentemente implica na formação de um urbano marcado por diferenças, entre as quais podemos citar a divisão da cidade de acordo com o poder econômico dos seus habitantes, de modo a separar ricos e pobres.

Na esteira desse processo de separação de classes, há a consolidação da periferia enquanto local de moradia da população, entretanto a configuração dessas áreas se estrutura de maneira dividida, segregada, uma vez que essa passa a se desmembrar entre pobre e de status rica. Concomitantemente a esse processo, há uma sustentação dessa lógica por parte de alguns agentes que produzem o espaço urbano. Esses se dispuseram a reafirmar e valorizar a desigualdade e, de acordo com a lógica do sistema capitalista incidente nesse contexto, lucrar com a disparidade social, econômica e espacial.

Em acordo a essa lógica, Estado, promotores imobiliários, proprietários fundiários e donos de meios de produção, se aliam na reprodução de um espaço urbano desigual, sendo essa realidade verificada na maioria das cidades brasileiras e, com maior contundência, a partir da segunda metade do século XX.

Nesse contexto, pretende-se no artigo observar a maneira como esses agentes contribuem para a reprodução desigual do espaço urbano, destacando o papel da política

estatal e do planejamento. Adotamos o estudo da periferia pobre enquanto cenário onde essa lógica socioespacial segregada e dispare expressa o seu conteúdo, uma vez que nela se configuram as consequências do modo como está sendo produzido o espaço urbano, bem como a desassistência que é dispensada ao local de moradia da classe trabalhadora. Tomamos a cidade de Vitória da Conquista como lugar de estudo, primeiramente pelo interessante processo de reestruturação urbana que essa sofreu nas últimas décadas, e segundo por ter, de maneira geral, em suas periferias a impressão do que está proposto a ser discutido.

Nesse contexto, fundamentamos o estudo em discussões teóricas e em pesquisa de campo aplicada de modo geral em Vitória da Conquista e especificamente no loteamento Kadija.

Dessa forma, o trabalho é dividido em duas partes principais: na primeira, abordaremos a produção e composição das periferias das cidades médias, assim como a interferência das políticas públicas e do planejamento no seu processo de formação. Na segunda parte passaremos a analisar a construção e reprodução da periferia pobre, tendo o loteamento Kadija, na cidade de Vitória da Conquista, como estudo de caso.

I - “AS PERIFERIAS” DA CIDADE MÉDIA: UMA COMPOSIÇÃO DESIGUAL

Antes de adentrarmos no estudo do processo de produção das periferias das cidades médias, é necessário elucidar a discussão acerca do que vem a ser a condição periférica. Segundo o dicionário Aurélio da Língua portuguesa (HOLANDA, 2010, p. 257) é determinado como periferia: “O que fica nos arredores, nas circunvizinhanças de algum lugar.” Esse conceito pode ser refletido enquanto periferia geométrica, marcada pela separação entre centro e arredores, ou seja, a formação da periferia, enquanto área não central.

Nas cidades em geral, a periferia foi construída nos arredores do centro principal, esse processo ocorreu desde a Antiguidade, passou pela Idade Média, chegou à cidade industrial e, conseqüentemente à cidade capitalista (SPOSITO, 2004). Nesses diferentes tempos e espaços a dinâmica da periferia logicamente sofreu alterações, mas foi no século XIX que elas se intensificaram, sobretudo por meio da Primeira Revolução Industrial. Nesse período, ela se multiplicou principalmente por conta do grande número de trabalhadores expropriados do campo que marcharam rumo às cidades atraídos pela possibilidade de emprego na indústria e passaram a residir nesses locais periféricos próximos aos seus locais de trabalho, nesse contexto a periferia se afirmou como o “lugar-de-moradia-da-classe-trabalhadora” (CHAVEIRO; ANJOS, 2007, p.183), a área pobre da cidade, configurada como

local de habitação da classe operária. Posteriormente, a periferia também passou a receber bairros da elite que, na fuga do caos do aglomerado central passou a se enclausurar em bairros afastados.

Nesses termos, na esteira desse processo, a periferia urbana se modificou, não só em tamanho e densidade demográfica, como também em função e conteúdo, de modo que ela não é mais homogênea, ou seja, não existe hoje uma única periferia e sim “periferias”. Nas palavras de Ritter e Firkowski (2009, p.22):

As periferias não podem ser concebidas e analisadas mais sob o enfoque geometrificado, deve-se, pela efemeridade e pela dinâmica das forças atuantes, considerar as características socioeconômicas formadoras dessas espacialidades, independentes da localização no tecido urbanizado.

Dessa forma, as periferias contemporâneas são cenários de trâmites que vão redimensionar a sua característica e o papel desempenhados. A relação com o centro sofre mudanças, assim como também a sua composição é reconfigurada, uma vez que a localização deixa de ser a sua base de classificação. Essa dinâmica pode ser verificada, em muitas cidades, entre elas as cidades médias.

I. I - A PRODUÇÃO DAS PERIFERIAS EM CIDADES MÉDIAS

A reconfiguração na produção do espaço periférico em cidades médias foi possível, principalmente, pela reestruturação social, econômica e espacial que essas cidades sofreram a partir da década de 1970. Entre os meios que possibilitaram essa nova configuração, podemos citar: a reestruturação produtiva do capital e, conseqüentemente a ela, à descentralização da indústria das grandes cidades para locais menos adensados do território, o aumento no setor dos serviços, responsável por atrair pessoas em busca de sua utilização, a inserção do capital empreendedor à procura de novos mercados consumidores e juntamente a isso, a crise no campo e o conseqüente aumento da leva de camponeses expropriados de suas terras que buscaram novas formas de vida nas cidades médias próximas (SPOSITO, et. al., 2006).

Esses processos acarretaram o rápido crescimento da população das cidades médias, o que aumentou a demanda por locais de moradia, principalmente lotes de baixo custo, que pudessem pertencer as famílias pobres que estavam chegando nesses locais.

Todavia, diferentemente do que ocorreu nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, muitas das cidades médias possuíam em seu entorno várias propriedades de funcionalidade rural, nesse ponto, ocorreu uma aliança importante para a expansão das suas periferias. Essa

se deu entre proprietários fundiários e poder público e visou a rápida criação de bairros periféricos, através do loteamento das fazendas pelos donatários e da aprovação desses pelo poder público (FERRAZ, 2001).

Assim, apesar das áreas loteadas não possuírem estrutura básica para moradia urbana, como: abastecimento de água, rede elétrica, iluminação pública, esgotamento sanitário, escolas, posto de saúde, entre outros equipamentos públicos essenciais, essas foram aprovadas pelo poder público como novos loteamentos. Na esteira desse processo, com a alta demanda e a necessidade por lotes, muitas foram as famílias que compraram seus terrenos em bairros recém criados, nas franjas das cidades médias. Kowarick, (1993, p.34) reafirma essa questão ao expor “Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas, surgem e se expandem os bairros periféricos que [...] alojam a população trabalhadora. É nessas áreas que se concentra a pobreza da cidade e de seus habitantes”.

Dessa forma, a paisagem urbana se estendeu num rápido intervalo de tempo e, concomitantemente, as necessidades das populações que habitam esses locais também cresceram de forma desassistida. O planejamento urbano não foi eficaz ao ponto de estruturar a expansão da cidade e, por conta disso, houve a reprodução da precarização desses locais, “lugar-de-moradia-da-classe-trabalhadora” (CHAVEIRO; ANJOS, 2007, p.183).

Nesse mesmo contexto, a cidade média passou a reproduzir uma dinâmica já verificada em cidades de maior porte, no momento em que a classe alta deixou as áreas centrais (adensadas e desprovidas de conforto) para residir em áreas periféricas. Entretanto, de maneira a se diferenciar da periferia pobre, esses locais logo sinalizaram novas configurações que indicavam a presença da classe elitizada, ou seja, a periferia das classes abastadas foi cultivada para manter o status de rica da sua população. Ressalta-se que esse processo aconteceu de forma segregada, pois, na medida em que as periferias de diferentes caracteres foram criadas, elas passaram a se reproduzir e a consolidar suas diferenças de modo a impregnar essa marca no espaço urbano, ainda que as periferias pobres tenham experienciado isso de modo involuntário. Essa dinâmica, com o apoio de agentes que produzem o espaço urbano, a exemplo dos promotores imobiliários, acabou por tornar claro que na cidade, o lugar de moradia é determinado de acordo à renda da sua população (RODRIGUES, 1990). Em acordo com essa lógica observa-se o agravamento ainda maior das disparidades sócio-espaciais existentes nas distintas “periferias” (SPOSITO, 2004).

Na esteira do processo, a condição periférica de status rica, difundida e planejada enquanto nova alternativa de habitação das classes elitizadas se constituiu com outra lógica de estruturação, bem diferente da que pode ser observada na condição pobre, uma vez que as

primeiras foram pensadas de acordo com as estratégias do mercado imobiliário, o interesse em lucrar e a alta especulação por essas áreas fez com que elas fossem dotadas de uma boa infraestrutura, capaz de satisfazer as exigências da classe alta.

Assim, na reconfiguração das periferias torna-se claro um tratamento diferenciado dado à periferia pobre e a de status rica, a diferença se torna ainda maior quando analisamos o papel do Estado e das ações públicas na produção desses espaços.

I.II - POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO E SEGREGAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS

Durante todo o processo histórico de formação e reprodução da periferia nas cidades médias, a ação da política estatal contribuiu em muitos aspectos para mudanças em suas características. A política do Estado, além de influenciar a ampliação das regiões periféricas, determinou, juntamente com os especuladores imobiliários, quais áreas seriam destinadas a diferentes classes sociais. Em acordo com a lógica capitalista de produção do espaço urbano, a periferia não é somente local de bairros pobres. Nas cidades médias, por volta da década de 1970, como vimos, essa passou a ser heterogênea em seu conteúdo, de modo que nela foram se localizar ricos e pobres, de maneira segregada. “A simples classificação de um espaço como periferia já não nos permite prever os conteúdos sociais associados à moradia no local.” (BITAR, et. al., 2003, p. 99).

Na atual dinâmica imobiliária das periferias, uma localidade/bairro/loteamento tem a sua “importância” intensificada mediante o modo como a sociedade urbana capitalista estabelece seus moldes de valoração. Lugares dotados de investimentos, com uma boa imagem e infraestrutura são vistos como objeto de desejo de moradia e devido a isso possuem um alto custo. Já a periferia pobre, por não apresentar tais características é desvalorizada, e continua a reproduzir a pobreza, uma vez que lhe é privada a disponibilidade de alternativas que podem permitir uma mudança na estrutura, no potencial da população e de forma geral, no cotidiano desses locais.

Nesse contexto, o fato da periferia pobre ser o lócus de reprodução da classe trabalhadora, bem como de sua condição, não justifica, contudo, explica a forma como foi tratada nas últimas décadas, nas cidades médias. Kowarick (1993, p.44) explica essa questão ao afirmar:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas

taxas de exploração do trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida à classe trabalhadora.

Assim, o interesse na reprodução da classe trabalhadora pobre é o que explica em muitos casos a desassistência que historicamente foi dispensada a periferia pobre, processo esse que perdura até a atualidade e reafirma o contraste entre essas e as periferias de status. Desse modo, o planejamento díspare e as ações públicas presentes com maior ou menor intensidade de acordo a renda da população evidenciam uma segregação ainda maior do que a que pode ser vista na periferia, uma vez que a separação entre benefícios para os ricos e pobres começa desde as ações do Estado, que há muito não é visto como uma instituição neutra e sim aliada ao capitalismo, que busca reproduzir na sociedade, as desigualdades existentes no sistema, visando na maioria dos casos beneficiar as classes elitizadas em detrimento dos trabalhadores pobres.

II - CONSTRUÇÃO E REPRODUÇÃO DA PERIFERIA POBRE: O CONTEXTO DO LOTEAMENTO KADIJA

Antes de discutirmos o processo de reprodução dessas periferias, é válido analisarmos a condição periférica pobre sendo notório esclarecer que: essas áreas estão nas cidades há um longo tempo, entretanto a periferia pobre de hoje não é a mesma de anos nos atrás, principalmente nas cidades médias. É necessário expor que esse processo não envolve, somente, aspectos associados à infraestrutura, e sim um sentido mais amplo. Nesses termos, estamos nos referindo a sua dimensão social, principalmente, a que se materializa nas periferias pobres. Ou seja, falar nesses espaços, não consiste somente em analisar bairros sem infraestrutura, uma vez que a pobreza está caracterizada como um modo de vida, alicerçado na rejeição social, na exploração, e na repressão. “Estamos lidando com um problema social”. (SANTOS, 1979, p. 10).

A periferia pobre será então o reflexo e o cenário de reprodução da condição da classe trabalhadora dominada, o local de moradia e também o de sobrevivência, expressão do contexto socioeconômico em que vive sua população, uma vez que esses bairros, dentro do sistema capitalista e de acordo com a organização da cidade imposta pelo Estado, são destinados à classe da sociedade que não possui renda suficiente para consumir a “qualidade de vida” discursada pelo sistema. Nas palavras de Rodrigues, (1990, p.12):

Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em arremedos de cidades, nas extensas e sujas “periferias”.

Dessa forma, a periferia pobre demonstra os problemas sociais e econômicos enfrentados por sua população. A má infraestrutura está inserida nesse contexto, pois essa também expressa a privação de condições básicas de vida e o tratamento desigual que é destinado a sua população.

II. I - A FORMAÇÃO DO LOTEAMENTO KADIJA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

A cidade média de Vitória da Conquista (mapa 1) localizada no estado da Bahia, no território de identidade de igual denominação se estabelece enquanto cenário de boa parte da dinâmica experienciada pelas cidades médias nos últimos anos. Sua periferia sofreu os processos discutidos anteriormente e nesse contexto, o loteamento Kadija (mapa 2) se ergue enquanto periferia pobre e lugar de ocorrência dos trâmites estudados neste trabalho. Esse está localizado na porção sudoeste de Vitória da Conquista, que, por sua vez, encontra-se a 520 km da capital do estado: Salvador, Bahia, Brasil.

O processo histórico de formação do Kadija iniciou-se na década de 1970, por volta do ano de 1972, o loteamento, que até então era uma fazenda nas franjas da cidade, foi criado devido à alta demanda por terrenos de baixo custo, dinâmica essa consequente do rápido aumento populacional devido ao processo de reestruturação urbana que essas cidades médias passaram, conforme foi discutido no item um, do presente artigo.

Segundo relato de moradores antigos, o dono das terras cercou os terrenos e passou a vendê-los as famílias que se interessavam. A prefeitura liberou a abertura desses, pois sabia a necessidade de locais que pudessem abarcar a crescente população pobre que passava a integrar a cidade. Ainda segundo o relato desses moradores, as pessoas que compravam o terreno eram provenientes de outros bairros periféricos, onde moravam de aluguel, em casa de parentes, ou eram recém-chegados de outros municípios. Essas viram no bairro a chance de terem seu próprio terreno a baixo custo, para assim, construírem suas casas.

É interessante compreender, segundo o relato desses moradores, que, por ser um local destinado a famílias pobres, o loteamento não recebeu atenção alguma do poder público ou do planejamento municipal por muitos anos. Segundo eles, havia muito “mato” naquela época, a rede de água só foi introduzida no ano de 1979, e a rede de energia elétrica somente no ano de 1981, quase dez anos após a abertura dos lotes.

Isso nos leva a repensar acerca do que foi explanado anteriormente, no que diz respeito às condições de produção da periferia pobre. Nesse contexto, fica clara a desassistência à produção desses locais. Em Vitória da Conquista, anos após a abertura do loteamento Kadija foi criado o primeiro Plano Diretor Urbano do município em 1976. Entretanto, esse não continha propostas de solução dos problemas encontrados nas periferias pobres, sendo elas muito pouco mencionadas. Concomitantemente a isso, com o passar dos anos foram criados na cidade os bairros periféricos destinados à elite local, esses foram rapidamente servidos de infraestrutura básica e outros equipamentos públicos, o que expressa o tratamento diferenciado que receberam “as periferias” (ALMEIDA, 2005).

É válido ressaltar que a expansão demográfica não é a responsável pela intensificação dos problemas urbanos uma vez que esses são reflexos de uma má organização desse espaço, que não se preocupou em oferecer suporte para a cidade se desenvolver verdadeiramente, e não apenas crescer de forma segregada (SANTOS, 1979).

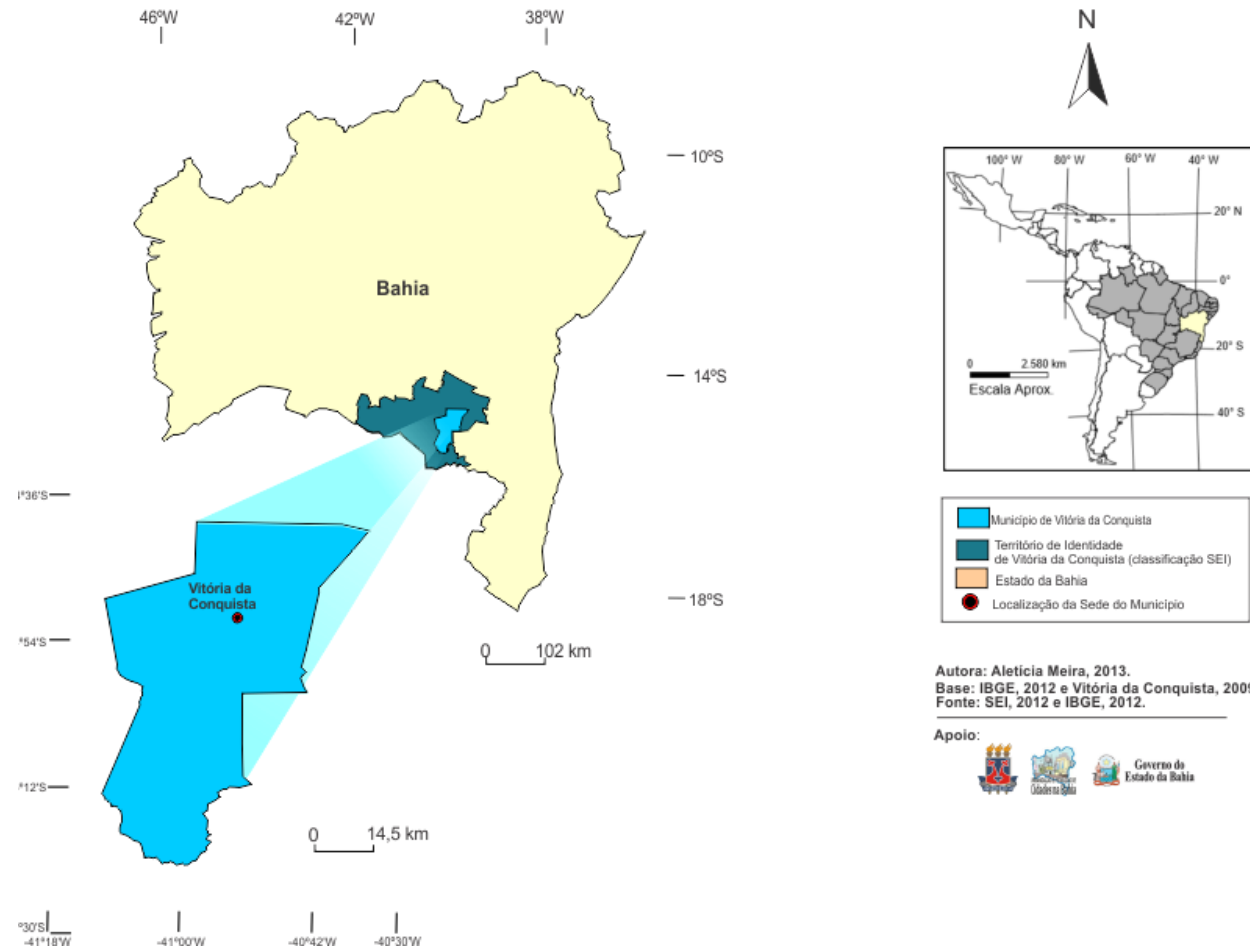
Com o passar dos anos, o loteamento Kadija foi paulatinamente ganhando algumas melhorias, essas chegaram, sobretudo no final da década de 1980 e na década de 1990, segundo relatos de moradores antigos, algumas foram fruto de pleitos da associação de moradores existente na época. Esses equipamentos foram responsáveis por aumentar os serviços que eram oferecidos à população. Entre os benefícios podemos citar: a introdução da praça, horta, lavanderia comunitária e escola de 1º grau (figura 1). Entretanto, a sua implantação não significou que houvesse uma preocupação por parte do poder público em manter esses equipamentos, de modo que alguns desses foram abandonados ou fechados posteriormente, é o caso, respectivamente, da praça e da lavanderia comunitária (Figura 2).

A falta de qualidade no que é dispensado à população da periferia pobre, se torna uma questão-chave do estudo, pois uma vez que não há uma responsabilidade em ofertar à população pobre serviços e equipamentos eficazes, há um interesse, por parte do capital, Estado, promotores imobiliários e donos dos meios de produção em reproduzir a condição pobre da classe trabalhadora.

A respeito dessa discussão, J. Santos (2003, p.46) evidencia:

As áreas periféricas fazem emergir as contradições do processo de produção da sociedade capitalista, evidenciam sua forma hierárquica de produzir o espaço; não representam apenas a diferença na renda entre classes, mas uma forma de domínio da classe que detêm o poder sobre a outra.

Mapa 1: Localização da cidade de Vitória da Conquista, 2013



Mapa 3: Localização do loteamento Kadija em Vitória da Conquista, 20

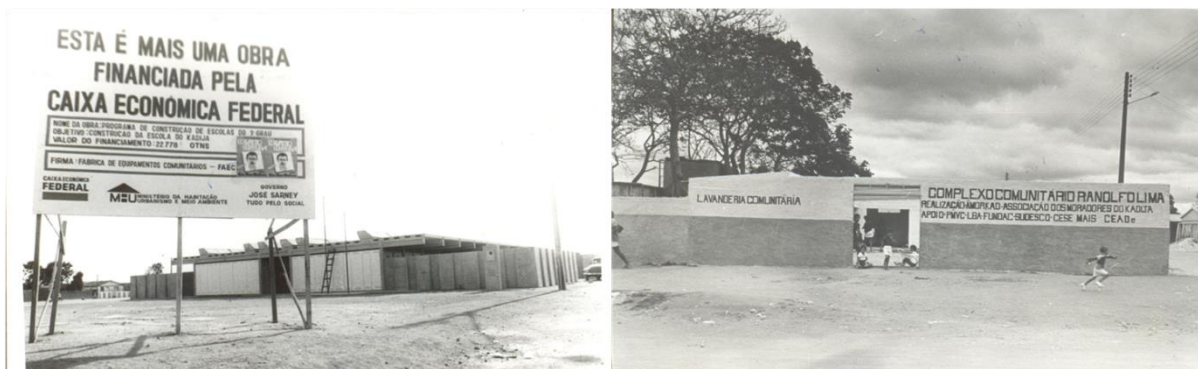


Autora: Aleticia Meira, 2013.
Base: Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, 2013
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Apoio:



Governo do Estado da Bahia



Figuras 1 e 2: 1) Construção da primeira escola do loteamento no final da década de 1980. 2) Lavanderia comunitária, fechada anos após sua inauguração, início da década de 1990. Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

Assim, as contradições que se expressam, mostram a forma como está organizada a sociedade capitalista, nessa, antes do bem estar social, pensa-se primeiro no lucro, no jogo do que é ou não vantajoso às classes dominantes, isso não justifica, mas explica por que a segregação é reproduzida no cotidiano não só das cidades médias, mas das cidades em geral.

Com o passar dos anos, muitas das desigualdades existentes no loteamento foram atenuadas, contudo, a maioria delas ainda se fazem presentes atualmente. Isso se evidencia quando analisamos a realidade da periferia pobre, o que é dispensado a ela hoje, e como os moradores desses locais adotam estratégias de vida para se reproduzir.

II. II- A REPRODUÇÃO DA PERIFERIA POBRE: A DINÂMICA ATUAL DO LOTEAMENTO KADIJA

A desassistência existente durante todo o processo de produção e reprodução da periferia pobre impregna muitas vezes na vida da população desses locais, um cotidiano de necessidades que não são supridas. Essa realidade acaba se tornando para os moradores algo suportável do dia a dia, como se esse fosse o preço que se paga por morar na periferia pobre.

Com base na pesquisa de campo feita no loteamento, constatou-se que a maioria das famílias não participa de movimentos de luta por melhores condições de vida, a associação de moradores existe, todavia 41,6% dos moradores entrevistados afirmaram não saber, outros 21,6% afirmaram que não há associação, e somente 36,6% sabem da sua existência.

A falta de mobilização se explica pelo fato de que os moradores não foram habituados a buscar através da revindicação, melhores condições de vida. O próprio poder público se contradiz ao afirmar que o governo municipal conta com a participação da população para a construção do planejamento, quando na verdade 100% dos moradores entrevistados nunca foram chamados para fazer parte de uma reunião em que fosse discutida a proposta do planejamento para o município, 93,3% nem sabem o que é o Plano

Diretor Urbano. Esse último fato, comum a realidade das periferias pobres brasileiras, vai de encontro com o que é definido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), no que diz respeito do uso do planejamento e da participação popular na construção deste, como ferramenta para a promoção da justiça social.

As obras realizadas no loteamento, quase sempre em períodos eleitoreiros, denotam por vezes um caráter imediatista, como se a preocupação central fosse mostrar que algum benefício está sendo feito e não melhorar de maneira eficaz a infraestrutura do loteamento. Esse fato pode ser observado com a implantação do asfalto, da rede de esgotamento sanitário e da escola de 2º grau. O primeiro, após décadas de espera dos moradores foi implantado em 2010, em todas as ruas. Entretanto, a construção da escola de 2º grau foi fechada logo após o término das obras, há cerca de dois anos, sem data de início das atividades por falta de funcionários. Conseqüentemente, em face da não disponibilidade desses serviços, a população é levada a desenvolver suas próprias estratégias: o deslocamento para escolas de outros bairros.

O curioso nessa situação é perceber que não há um planejamento verdadeiramente eficaz que trabalhe para a melhoria das condições de vida da periferia pobre, há um discurso assistencialista. Alguns projetos pensados “de dentro ou de fora” (SANTOS, 1979) desses espaços, com investimentos que não agem no lócus da questão, antes maquiagem a realidade, causando uma distorcida impressão de trabalhar para resolver os problemas da periferia, quando na prática isso não acontece.

Todavia, discutir a questão do planejamento urbano é se submeter a uma observação ainda maior, essa envolve a capacidade do Estado em resolver problemas desse caráter, pois uma vez sendo esse aliado do capital e a periferia uma realidade conseqüente e importante à própria lógica capitalista, poderia o Estado resolver problemas como esse? Ou ainda como introduz J. Santos: “[...] será que o Estado capitalista conseguirá realmente resolver os problemas urbanos, se tais problemas, quando não são produzidos por ele mesmo possuem a sua aquiescência?” (SANTOS J., 2010, p.72).

O modo como o Estado vende a cidade e planeja o urbano, como se esse fosse sua empresa (de modo a lucrar com ela), e o capitalismo, o mercado no qual a empresa está inserida, parecem mostrar de forma tendenciosa o caminho para a resposta dessa questão (CARLOS, 2009). Contudo, se o planejamento não é capaz de equacionar o problema, pois ele envolve questões de ordem muito superior a si próprio, pode ser de sua função a contribuição para a amenização desses (SPOSITO, 1991), ainda que seja para que a população

pobre possa viver de maneira mais digna, com uma maior participação nas ações estatais, de modo a possibilitar formas de trabalho e moradia mais justas do que o quadro atual.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse estudo, evidenciamos que a trajetória da periferia pobre, como expressão da lógica que organiza urbano, é na maioria das vezes marcada pela desassistência, que se inicia desde a sua formação. No caso do Kadija, a falta de infraestrutura básica, apoiada nos interesses dos loteadores e do Estado, em detrimento das condições de vida da população que passou a residir no local, foram determinantes para o loteamento se instalar já em meio a precarização e a se reproduzir sobre essas bases. No decorrer dos anos, os moradores adotaram estratégias de vida e alguns dos serviços básicos foram se inserindo aos poucos, como se fossem “presentes” para um local carente de políticas públicas.

Diante de um planejamento ineficaz, com os passar do tempo, muitos dos equipamentos que foram implantados no Kadija mostraram-se desqualificados para atender eficazmente aos moradores do loteamento, o que nos leva a compreender que o planejamento, tal como está posto, apreendido pela lógica capitalista, mostra-se muito longe de promover a justiça social, como é estabelecido no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), e ainda mais distante de ser construído com a participação popular, conforme o mesmo expõe, tendo em vista que a maioria da população não sabe do que se trata o Plano Diretor Urbano.

Todas essas práticas revelam o caráter das políticas públicas, que, na maioria das vezes, é constituído de segregação, ou seja, do intuito de beneficiar os integrantes das classes altas, em detrimento da grande maioria da população. Os serviços que são implantados, voltados para a classe trabalhadora pobre, expressam novamente o caráter dessas políticas, uma vez que na maioria deles não há uma relevante qualidade, de modo que a população necessita sempre procurar uma solução, uma estratégia, ou se contentam em ficar com o ineficaz, quando não, o inexistente serviço.

Ao final deste estudo, ressaltamos que a análise da produção do espaço das periferias nos permite entender que essas foram e estão sendo reproduzidas sob o prisma da desigualdade e da segregação. Pois, enquanto a periferia de status se desenvolve sob seus moldes de riqueza, a periferia pobre é levada a se reproduzir gerando mais necessidades e problemas de infraestrutura, o que acarreta em malefícios de ordem social, intensificando as desigualdades e degradando ainda mais a vida da população pobre. O não incentivo do poder público na participação dos pobres na discussão de possíveis soluções para alguns de seus

problemas expõe o fato do Estado não ter um real empenho em resolvê-los, seja porque é importante para o capital que a classe trabalhadora pobre continue a ser degradada, seja porque, de acordo com a lógica, é mais lucrativo continuar investindo nos locais propícios a uma crescente valorização financeira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. de. **Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista/BA**. 2005. 192f, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- BITAR, S. et. al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos avançados**. V.17 n°47, ano 2003, São Paulo, p.: 97-128.
- BRASIL, Lei 10.257/01. **Estatuto da cidade**. Presidente da República. Brasília 10 de julho de 2001.
- CARLOS, A. F. A. A ilusão da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma Geografia Urbana crítica. In; **Cidades**, v.6, n, 10. 2009.
- CHAVEIRO, E. F; ANJOS, A. F. de. A periferia Urbana em questão: Um estudo socioespacial de sua formação. In; **Boletim goiano de Geografia**. Goiânia, v. 27, n° 2, Jan/Jun. de 2007, p. 181-197.
- FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção: Vitória da Conquista, um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2001.
- HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo, Editora Positivo, 8ª edição, ano: 2010.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **REGIC (Regiões de Influência das Cidades): Banco de dados agregados, 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>, acesso entre Jun. de 2012 e Mar. de 2013.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades: Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=293330>>, acesso entre Jun. de 2012 e Mar. de 2013.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo, Editora: Paz e Terra, 2ª Ed. 1993.
- RITTER, C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Novo conceitual para as periferias urbanas. **Revista Geografar**. Curitiba, v.1, n° 5, ano: 2009, p. 22-25. Disponível em:<

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/14334/9644>> acesso em dez de Abril de 2013.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 3ª Ed. São Paulo. Contexto, 1990.

SANTOS, J. L. de J. dos S. **A periferia enquanto espaço de reprodução da vida**: o estudo do caso dos Alagados. 2003. 206f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SANTOS, J. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In; LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas da Bahia**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador, SEI, p.59-74, 2010.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo, Ed. Hucitec, 2ª ed. 1979.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 4ª Ed. São Paulo. Contexto, 1991, p. 66-75.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo, 2004. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO et. al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. **Cidades médias: espaços em transição**. M. E. B. Sposito (Org). São Paulo, Expressão Popular, 2006, 1ª ed. p. 37-54.